

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025
(art. 72 da Lei nº 14.133/2021)

O CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO - CPAC, Estado de Sergipe, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 15.314.802/0001-43, vem pelo presente justificar a dispensa de Licitação face à necessidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, DE FORMALIZAÇÃO, COM ACOMPANHAMENTO EM ASSEMBLEIA, PREPARAÇÃO DE REGISTRO, ATA, ESTATUTO E ACOMPANHAMENTO MENSAL FISCAL, TRIBUTÁRIO E SETOR PESSOAL, PARA 08 (OITO) ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO DO AGRESTE CENTRAL SERGIPANO - CPAC**, em conformidade com o art. 72, incisos VI e VII da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com os motivos adiante expostos:

01 – JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DIRETA DO ART. 75, II DA Lei Nº 14.133/2023:

Na Lei nº 14.133/2021, o artigo 75 traz as possibilidades de que o gestor dispõe para dispensar a licitação, seja em razão de valor, seja de acordo com o objeto, seja no caso de licitação deserta ou fracassada.

Especificamente, quanto à dispensa de licitação dos incisos I e II, do art. 75, trazem a previsão de que, respectivamente, para contratações de obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores, poderá ser dispensada a licitação para contratações com valor inferior a R\$ 100.000,00; e, para contratações de demais serviços e compras, esse valor limite é de R\$ 50.000,00. Sendo os referidos valores duplicados nos casos de contratos firmados por consórcio público, ou por autarquia ou fundação qualificada, como agências executivas definidas em lei.

O art. 75, § 2º, Lei n. 14.133/21, estabelece que no caso de consórcios públicos, os valores referidos nos Incisos I e II do mesmo artigo, aplica-se o **dobro** dos valores mencionados dispensável de licitação para compras, obras e serviços, passando assim os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 75 da Lei nº 14.133, atualizados pelo **Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024** a ser o **dobro** para este consórcio.

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a compra em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços contábeis, fiscais e de setor pessoal para as 08 associações e/ou

cooperativas de reciclagem dos municípios consorciados ao CPAC é fundamental para assegurar a gestão eficiente, a regularidade fiscal e o fortalecimento organizacional dessas entidades.

A gestão contábil, fiscal e trabalhista de entidades, mesmo sem fins lucrativos, exige conhecimento técnico aprofundado e constante atualização sobre a legislação vigente. As associações e cooperativas de reciclagem, embora tenham um papel social importante, precisam cumprir uma série de obrigações acessórias, como a entrega de declarações fiscais, o cálculo e recolhimento de tributos, além da manutenção de registros contábeis rigorosos. A ausência de profissionais com essa expertise pode levar a erros graves, como o pagamento de multas, a perda de benefícios fiscais e até mesmo a inviabilização das atividades.

As cooperativas e associações de reciclagem têm como principal objetivo a valorização dos resíduos, a geração de renda para seus membros e a contribuição para a sustentabilidade ambiental. A gestão desses serviços de forma interna, sem o devido conhecimento técnico, desvia o foco da atividade principal, sobrecarregando os gestores e membros com tarefas burocráticas e complexas. A terceirização desses serviços permite que os membros das associações e cooperativas concentrem seus esforços nas atividades operacionais, como a coleta, triagem e comercialização dos materiais recicláveis, otimizando o tempo e os recursos.

A prestação de contas, a elaboração de balanços e a auditoria das informações financeiras e contábeis são essenciais para a credibilidade e transparência das organizações. A contratação de uma empresa externa e especializada adiciona uma camada de profissionalismo e confiabilidade à gestão, facilitando a captação de recursos, a obtenção de financiamentos e a apresentação de projetos junto a órgãos públicos e privados.

Em suma, a contratação dos serviços de uma empresa especializada representa um investimento estratégico que proporciona segurança jurídica, eficiência operacional e profissionalização da gestão das associações e cooperativas de reciclagem, fortalecendo sua capacidade de atuação e contribuindo para a sustentabilidade do projeto como um todo.

02 – RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO (Art. 72, VI da Lei nº 14.133/2021):

O fornecedor/prestador acima foi escolhido porque é do ramo pertinente ao objeto demandado, apresentou toda a documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, ofertou o menor preço dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa para o Município.

A Administração nos autos do processo demonstrou todo planejamento para a contratação, adotando o tipo de solução que promove a

competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como as práticas de mercado.

03 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO (Art. 72, VII da Lei nº 14.133/2021):

Os preços praticados são de mercado, itens que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado no mercado, notadamente considerando-se a pesquisa de preço em apenso aos autos, estando os preços ofertados pela contratada na média praticada no mercado, conforme se verifica comparando-o com os dados constantes no Mapa Comparativo dos Preços.

De acordo com o levantamento de preços feito, constatou-se que a empresa **ADAELSON FRANCISCO DO NASCIMENTO CONTABILIDADE**, cotou o menor preço para a prestação do serviço, baseado no que prescreve o Art. 75, Inciso II, da lei 14.133/2021 e o Art. 17 da Lei nº 11.107 de 06 de Abril de 2005.

Ressalta-se que, a realização da prestação do serviço viabiliza a possibilidade de competição, uma vez que após análises orçamentárias, foi escolhida aquela cujo amparo legal esteja disposto no art. 75, inciso II da lei nº 14.133/2021, bem como o menor valor que é de interesse público.

Vejamos o disposto no artigo 75 inciso II:

*"Art. 75 - É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras".
(Vide Decreto nº 12.343/2024)*

Assim, encaminha-se o processo ao Setor de Licitação visando a elaboração da minuta contratual e análise da Assessoria Jurídica para posterior autorização do Exmo. Sr. Presidente para os fins do disposto no art. 72, inciso VIII, § único da Lei nº 14.133/2021.

Ribeirópolis/SE, 02 de julho de 2025


ANA KARLA MOURA DA SILVA VIEIRA
Agente de Contratação